

ARTIGO

Hey! Artigos podem ser enviados para geracaoe@jornaldocomercio.com.br.
Os textos para este espaço devem ter no máximo 2200 caracteres e estarão sujeitos à edição.

Recuperação econômica do RS depende de renegociação com empatia e boa-fé

Não é novidade, até porque já se passou um mês desde o início das enchentes em Porto Alegre e em outras regiões do Rio Grande do Sul, que estamos enfrentando uma crise sem precedentes. A crise afetou (e seguirá afetando) famílias e empresas, além de criar desafios econômicos gigantes. Passado o enfrentamento imediato, de salvamentos, acolhimento, até fornecimento de serviços básicos, que também foram fortemente afetados, agora é hora de reconstruir. E o mesmo exemplo de solidariedade, colaboração e empatia será necessário para retomarmos a normalidade, especialmente, no que diz respeito à renegociação de contratos.

Isso porque crises, inevitavelmente, dificultam o cumprimen-

to de alguns compromissos contratuais. Após o pico da crise, as obrigações podem se tornar excessivamente onerosas ou impossíveis de cumprir. A retomada das transações comerciais é crucial para a recuperação econômica e a renegociação de contratos ajusta expectativas e condições à nova realidade. O tema da revisão contratual não é novo, pelo contrário, o próprio Código Civil brasileiro prevê a hipótese de que o devedor não responde por prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, permitindo a revisão de termos contratuais.

Ocorre que, nesse momento de crise, não basta somente se buscar uma imposição à outra parte, mas sim, de uma jornada de revisão com interesse mútuo, partindo da premissa de se

atuar com empatia.

A empatia, vale reforçar, é definida como a capacidade de se colocar no lugar do outro e é essencial em momentos de crise. Acaba sendo, portanto, um desdobramento do princípio geral de boa-fé. Tal princípio, também previsto no Código Civil, reforça a importância de uma postura ética e justa durante a execução dos contratos. A renegociação com empatia fortalece relações de longo prazo. Exemplos práticos incluem flexibilização de prazos, concessão de descontos, carências ou reestruturação de dívidas.

A renegociação empática dos contratos é crucial para a estabilidade econômica. A solidariedade demonstrada pela população durante a crise é vital para a coesão da sociedade.



GUSTAVO SUDBRACK
Advogado e CEO Slap.law

A reconstrução só será possível mantendo-se esse espírito de coletividade.

Por outro lado, existe previsão, no Código Civil, quanto à resolução de contratos em situações de onerosidade excessiva devido a acontecimentos extraordinários, como

o que aconteceu com nosso Rio Grande do Sul. Ou seja, há formas de se extinguir a relação, quando ficarem desproporcionais as obrigações das partes. Esta ferramenta é, igualmente, relevante para as renegociações atuais, onde o ímpeto pelo melhor negócio deve ser substituído pelo melhor para a economia local.

A crise provocada pelas chuvas e enchentes no Rio Grande do Sul exige uma resposta coletiva e solidária. E a renegociação de contratos será essencial para a recuperação econômica. Por isso, empresas, governos e cidadãos precisam adotar uma postura colaborativa e justa, seguindo os princípios de boa-fé e empatia, para reconstruir uma economia mais resiliente e solidária. Agindo com empatia, ajudamos a aliviar as dificuldades imediatas e construímos uma consciência coletiva para um futuro baseado na cooperação e solidariedade.

BOM SABER

dicas, sugestões, informações



No site, estão disponíveis, de forma ilustrativa, itens para doação de diversos valores, como travesseiro (R\$ 35,00) ou mesmo uma casa para até quatro pessoas com ou sem eletrodomésticos (entre R\$ 8 mil e R\$ 12 mil). Mais informações no Instagram (@devoltaparacars).

Empresários gaúchos criam cartão para mobiliar casas atingidas pela enchente

STÉFANI RODRIGUES
[@stefanirodrig](https://www.instagram.com/stefanirodrig)

Pensando nos estragos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, o Ciclo Empreendedor, associação de empresários gaúchos, em parceria com o Instituto Cultural Floresta, lançou o projeto De Volta para Casa para auxiliar as famílias afetadas. A iniciativa prevê auxílio para famílias reconstruírem ou remobiliarem suas casas por meio de um cartão com valores recebidos em doações, que podem ser utilizados em lojas gaúchas parceiras.

Quando as enchentes começaram a devastar o Estado, o Ciclo Empreendedor rapidamente se mobilizou. “Percebemos que o problema não era apenas a falta de recursos, mas a gestão eficiente desses recursos,” conta

Guilherme Motta, presidente da associação. O grupo, formado por empreendedores com experiência em gestão, decidiu então usar suas conexões e conhecimentos para ajudar a comunidade.

De acordo com Guilherme, o De Volta Para Casa foi pensando com o objetivo de transformar residências afetadas em lares novamente. Para isso, foi criado um sistema de cadastro para mapear a dimensão do problema. Após um processo de verificação e detalhamento das necessidades, as famílias recebem um

cartão-presente, que pode ser usado nas lojas parceiras TaQi, Quero-Quero e Lebes.

Os cartões permitem que as famílias comprem itens essenciais para suas casas, como fogões, geladeiras, camas e armários. As lojas parceiras cuidam da logística de entrega e abrem mão de parte do lucro, que retorna para o projeto, permitindo que mais pessoas sejam ajudadas. “Essa foi a forma que encontramos para solucionar problemas de gestão e logística, fazendo com que o dinheiro das doações valesse muito mais,” explica Guilherme.

As doações são feitas exclusivamente em dinheiro, provenientes de empresas e



O projeto De Volta para Casa conta com um cartão-presente

instituições. Para exemplificar a importância das doações, o site do projeto apresenta como cada contribuição pode ser direcionada para itens específicos. “Queremos mostrar que itens básicos, como uma cama ou um armário, são essenciais para que

as pessoas possam retomar suas vidas”, conta. A ideia de mostrar desde itens básicos até construções completas veio a partir da visão do grupo de perceber que empresários de outros estados não tinham noção da extensão dos estragos.